

Especial.

EDITORA:
JOYCE MERIGUETTI
jmeriguetti@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327

CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO

CARLOS ALBERTO SILVA



Manifestantes interditaram vias de acesso a Vitória e, para liberar o trânsito, a polícia lançou bombas de efeito moral e disparou balas de borracha

LEI TRABALHISTA PROTESTO E CAOS

Por pelo menos 8 horas, rotina da Grande Vitória foi alterada

▄ O dia de ontem foi marcado por protestos e caos no trânsito da Grande Vitória. Para manifestar a insatisfação contra o Projeto de Lei (PL) 4.330, que regulamenta os contratos de terceirização no país, trabalhadores e representantes de entidades sindicais foram às ruas, fechando vias e impedindo carros e ônibus de circularem.

O protesto, que teve início às 5 horas da manhã e começou a se dispersar por volta das 13 horas, paralisou a rotina da Região Metropolitana por pelo menos oito horas.

Mesmo com uma liminar concedida pela Justiça na noite de terça-feira proibin-

do as centrais sindicais de fecharem acessos à Capital, manifestantes atearam fogo em pneus e bloquearam a Avenida Elias Miguel, em Vitória, e a subida da Terceira Ponte, em Vila Velha.

Já na BR 101, na Serra, houve protesto, mas sem retenção de vias. O acesso à Ponte da Passagem, na Capital, também foi interditado com a aglomeração do manifestantes.

Os transtornos começaram logo cedo, com trânsito congestionado e frota de ônibus sem sair das garagens. Os poucos ônibus que circulavam seguiam lotados e não paravam em alguns pontos.

Os acessos a Vitória pela



Protesto contra terceirização reuniu trabalhadores

Segunda Ponte e pela Terceira Ponte foram interditados por volta das 5 horas, quando começou a mobilização.

Nos bairros próximos à cabeceira da Terceira Ponte, em Vila Velha, e nas redondezas da Ilha do Príncipe, em Vitória, os mora-

dores foram acordados com o barulho de bombas de efeito moral, após policiais e manifestantes entraram em confronto.

O maior embate aconteceu na descida da Segunda Ponte, com o Batalhão de Choque das Rondas Os-

tensivas Táticas Metropolitanas (Rotam), utilizando tiros de bala de borracha e bombas de efeito moral para liberar a via.

As passagens só foram totalmente liberadas com a ajuda da polícia, que agiu para tentar fazer valer a determinação da Justiça.

Objetivo dos manifestantes, que saíram da Serra, de Vila Velha e de Cariacica, era chegar à Capital para promover um ato simbólico, em frente ao prédio da Federação das Indústrias do Estado (Findes), o que só aconteceu no início da tarde.

De acordo com a Secretaria de Estado de Segurança Pública, 150 manifestantes participaram do movi-

mento. Já na estimativa da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), o protesto reuniu 350 manifestantes. A Guarda Municipal de Vitória informou que o ato em frente à Findes também reuniu cerca 350 pessoas.

A mobilização aconteceu em todo o país, em pelo menos 23 Estados e no Distrito Federal.

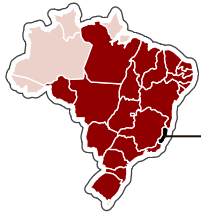
As centrais sindicais consideram que o projeto sobre a terceirização promove desigualdade de direitos entre contratados diretos e prestadores de serviços. Já os empresários defendem que a mudança na legislação vai ampliar o número de empregos no país.

CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO

RAIO-X DOS PROTESTOS

Os manifestantes foram às ruas ontem contra a aprovação da PL 4.330. Eles temem que a terceirização vá precarizar as relações trabalhistas e reduzir os salários dos trabalhadores

Os protestos aconteceram em nível nacional, em pelo menos, **23 Estados** e no Distrito Federal



No Estado, o Dia Nacional de Paralisações reuniu entidades que compõem o Fórum Campo Cidade, dentre elas a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Intersindical, Central Sindical Popular (CSP) e Conlutas



Cerca de 350 pessoas

se reuniram na frente do prédio da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Fines), de acordo com a Guarda Municipal de Vitória, em um ato simbólico contra o projeto de lei que regulamenta a terceirização

Na Ilha do Príncipe, na descida da Segunda Ponte, próximo à rodoviária, houve confronto com a polícia na Avenida Elias Miguel. A polícia avançou contra os manifestantes e utilizou tiros de bala de borracha e bombas de efeito moral para liberar a via

Congestionamento de 2 quilômetros na BR-262, em Jardim América, Cariacica

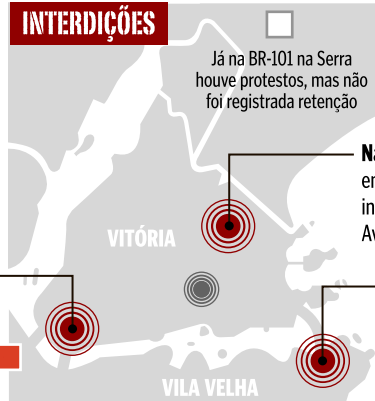
INTERDIÇÕES

Já na BR-101 na Serra houve protestos, mas não foi registrada retenção

Em Vitória, a Avenida Vitória e parte da Desembargador Santos Neves foram parcialmente interditadas durante a caminhada dos manifestantes

Na Reta da Penha, quando os manifestantes se aglomeraram em frente à Fines, por volta de meio-dia, a Guarda Municipal interditou o acesso à via da Ponte da Passagem até a altura da Avenida Rio Branco. A via foi liberada pouco depois das 13h

Na Terceira Ponte, sentido Vila Velha/Vitória, a polícia usou bombas de efeito moral e, após negociação, disponibilizou ônibus para os manifestantes chegarem a Vitória. A polícia disse que não houve confronto



A Gazeta | Editoria de Arte | Genildo

PASSAGEIROS ESPERAM ATÉ 5 HORAS POR ÔNIBUS

Veículos foram impedidos de circular devido a bloqueio de vias

Terminais e pontos de ônibus cheios e quase cinco horas de espera por coletivos. Foi assim que o dia amanheceu para quem dependia de ônibus na Grande Vitória em decorrência da paralisação nacional em protesto contra o projeto de lei que regulamenta os contratos de terceirização.

A atendente Mariá Luciana de Oliveira, 18 anos, moradora de Feu Rosa, na Serra, estava revoltada, pois já eram 9h30 da manhã e ela ainda não havia conseguido sair do Terminal de Laranjeiras com destino a Vitória, onde trabalha. Ela teve que andar um trecho a pé até conseguir embarcar num ônibus.

“Só passava veículo com bandeira especial. Com muito custo consegui chegar ao terminal e já estou aguardando há mais de quatro horas. Isso é



Nos terminais, passageiros ficaram entre duas e cinco horas à espera de condução

uma vergonha. Agora, vou ter que pagar hora extra no serviço”, reclamou.

A via-crúcis de Mariá se deu porque os veículos que circulam pelos bairros ficaram retidos nas garagens e os que ligam os terminais foram retidos nos bloqueios, segundo a Companhia de Transportos Urbanos da Grande Vitória (Ceturb-GV).

No Terminal de Carapina, a situação se repetia. A caixa Márcia Oliveira dos Santos, 32 anos, disse que estava desapontada por ter ouvido de um funcionário rodoviário que ela teria que aguardar mais duas horas para ver a circulação dos ônibus normalizada. “Até concordo com protestos mas desde que avisem com antecedência”, reclamou.

Os pontos de ônibus permaneceram cheios até as 10 horas, quando, segundo a Ceturb, a circulação dos ônibus foi normalizada.

CARLOS ALBERTO SILVA

Motivação do protesto era desconhecida

No município da Serra, entre os passageiros que foram prejudicados com as manifestações do Dia Nacional de Paralisação, muitos sequer conheciam a motivação do protesto, como a recepcionista terceirizada Maria José Teodoro, 36 anos, que aguardava uma linha para Vitória no Terminal de Carapina há pelo menos uma hora.

“Não sei porque eles paralisaram tudo, mas de qualquer maneira, penso que deveríamos ser advertidos com antecedência para não passarmos por isso. Vim a pé de casa, ainda bem que moro perto”, reclamou.

Quem também desconhecia a motivação do pro-

testo era a auxiliar administrativa Edir Conceição Passos, 62 anos. Ela foi a pé até o Terminal de Laranjeiras, mas como esperava há mais de duas horas, desistiu de tentar chegar ao trabalho, em Vitória. “Vou voltar para casa. Tenho medo de ficar no meio do caminho”, concluiu.

A paralisação nacional contra a lei das terceirizações atingiu dezenas de cidades pelo país e foi liderada por sindicatos e outras organizações de trabalhadores que protestam contra o projeto de lei que regulamenta os contratos de terceirização aprovada na última quarta, pela Câmara dos Deputados.

REPRODUÇÃO TV GAZETA



Espera longa

A atendente Mariá Luciana de Oliveira, 18, precisou esperar mais de quatro horas para pegar um ônibus do Terminal de Laranjeiras até o trabalho, em Vitória. “Isso é uma vergonha”, disse.



Perdeu o voo

Um motorista que ficou parado no trânsito na Terceira Ponte, em Vila Velha, contou à reportagem da TV Gazeta que tinha que pegar um voo às 8 horas, mas que iria perdê-lo.



Consulta perdida

Uma senhora disse à reportagem da TV Gazeta que tinha saído de Guarapari para levar seu irmão à radioterapia no Hospital Santa Rita, em Vitória, mas que iria perder a viagem.

CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO

“ELES QUERIAM SITIAR A CAPITAL”, DIZ SECRETÁRIO

Para André Garcia, manifestantes agiram com intransigência

BERNARDO COUTINHO



Agentes do batalhão de choque da Rotam usaram armas com bala de borracha e jogaram bombas de efeito moral contra manifestantes para a liberação do trânsito

▄ O secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social, André Garcia, afirmou que o governo e a Polícia Militar não iriam impedir o protesto de acontecer, mas que houve abuso e que os manifestantes queriam sitiar a Capital do Estado. “Tínhamos uma decisão judicial determinando que as vias não fossem obstruídas nessa manifestação. Não há como se admitir que um grupo pequeno de pessoas se ache no direito de isolar a Capital e de impedir o acesso do cidadão a uma cidade.

Eles queriam sitiar a Capital, impedindo o acesso em todas as entradas”, disse. Segundo ele, o fechamento das vias atinge direitos básicos dos cidadãos. “Temos o direito à manifestação e temos que garanti-lo, mas temos outros direitos tão importantes quanto o direito de ir e vir. Esse direito foi cerceado”, destacou o secretário. O secretário diz que pneus de três ônibus foram furados e um bombeiro foi agredido. Segundo ele, pedras foram jogadas contra a

EDSON CHAGAS/ARQUIVO



“Usamos o que tínhamos à mão de forma proporcional e equilibrada para garantir o acesso da população que queria chegar à Capital”

—
ANDRÉ GARCIA
SECRETÁRIO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

policia até por pessoas que não estavam na manifestação. Ele diz que não há informação de policiais feridos. “Essas pessoas serão identificadas e responsabilizadas”. Sobre o uso de bombas de gás, Garcia afirmou que a polícia agiu de “forma equilibrada”. “Houve uma intransigência para liberação da via. Usamos o que tínhamos à mão de forma proporcional e equilibrada para garantir o acesso da população que queria chegar à Capital”.

De acordo com Garcia, o

contexto entre a manifestação de ontem e a de domingo era diferente. “Você tem uma manifestação em um dia que não é útil, uma manifestação que foi oficiada e protocolada, informando o trajeto e solicitando a proteção da PM. Você tem uma circunstância em que você pode utilizar as outras duas pontes. Do outro lado, houve uma manifestação que não foi comunicada, não foi solicitado apoio, com a intenção de fechar todos os acessos à Capital, no dia útil. É um contexto diferente”.

BERNARDO COUTINHO



Em chamas

Em diversos trechos da Grande Vitória, manifestantes fecharam as vias, muitas vezes com pneus em chamas, como foi o caso do bloqueio da Terceira Ponte, em Vila Velha.

BERNARDO COUTINHO



Confronto

Em meio ao confronto para a liberação do trânsito, na Ilha do Príncipe, em Vitória, manifestante chuta bomba de efeito moral jogada por policiais militares.

GUILHERME FERRARI



Juízes protestam

Juízes do Trabalho e advogados que defendem os direitos dos empregados fizeram uma manifestação na tarde de ontem contra o projeto de lei sobre a terceirização.

CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO

TRABALHADOR E PATRÃO DIVERGEM SOBRE A LEI

Há temor por demissões, mas empresas dizem que vão contratar

Manifestantes foram às ruas ontem temendo que a aprovação da lei da terceirização precarize as relações trabalhistas, reduza os salários dos trabalhadores e provoque demissões. Por outro lado, os empresários defendem que a mudança na lei vá ampliar o número de oportunidades no mercado, criando novas vagas de emprego.

Um estudo da Federação das Indústrias de São Paulo, por exemplo, afirma que a legislação, se aprovada, vai abrir 3 milhões de postos de trabalho.

No entanto, com opiniões contrárias à classe empresarial, trabalhadores, ontem, após passeata pela Reta da Penha, se reuniram em frente ao prédio da Federação das Indústrias do

Espírito Santo (Findes) para demonstrar a desaprovação à proposta de lei.

Para a presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Estado, Noêmia Simonassi, terceirização significa mais horas de trabalho para o funcionário e o fim dos direitos sociais. “Entendemos que a Findes é o coração dos empresários, que vivem do lucro da classe trabalhadora. Enquanto esse projeto de lei não for derrotado e arquivado, os trabalhadores estarão nas ruas”.

EMPREGOS

Para o setor empresarial, as mudanças na legislação são necessárias para modernizar as relações de trabalho e proporcionar mais poder de produção ao setor industrial.

Na visão do presidente da Findes, Marcos Guerra, com a lei haverá redução nos custos, as empresas vão ganhar competitividade e, assim, gerar mais empregos. “As pessoas estão vendo um fantasma que não existe. O bom trabalhador tem emprego garantido”, disse.

Segundo ele, a medida também é importante para dar segurança jurídica às companhias que hoje terceirizam parte de suas atividades. “Hoje temos discussões trabalhistas que acontecem justamente por falta de uma regulamentação. Precisamos avançar. Hoje, temos um quarto dos trabalhadores, em torno de 12 milhões, sob o regime de contratação terceirizada. Estaremos dando apenas segurança jurídica ao que já é feito”.



MARCELO PREST

Em frente ao prédio da Findes, manifestantes pediam arquivamento do projeto

A FAVOR

“SE A EMPRESA
ESTÁ COMPETITIVA,
VOCÊ VAI
EMPREGAR MAIS”

Marcos Guerra
Presidente da Findes

Eu vejo como normal o protesto, acredito que todos podem se manifestar, eu só não acho correto você tirar o direito de ir e vir das pessoas. Eu discordo dos manifestantes, porque o país e a indústria nacional vem passando por dificuldades, houve desemprego, e 2015 será um ano ruim. O Brasil vem perdendo competitividade. Quando você está trabalhando no projeto de terceirização, você não está fazendo nada diferente do que os países desenvolvidos fazem. O que está acontecendo hoje no Congresso Nacional é uma forma de legitimar



GABRIEL LORDÉLLO/ARQUIVO

o que já está sendo feito no mercado e trazer segurança jurídica para a classe trabalhadora e para a classe empregadora. Hoje temos 12 milhões de trabalhadores sob o regime da terceirização. Se a empresa está competitiva, se vende bem no mercado nacional, você vai empregar mais. A questão da redução de salário não tem o menor cabimento porque o que di-

ta isso é o mercado. Mas você não pode comparar a média de salário de uma grande empresa com a média de salário de uma empresa que está terceirizando, porque às vezes estão terceirizando serviços de baixa complexidade. Você não pode também comparar salário de uma grande empresa com domínio internacional com empresas de menor porte.

CONTRA

“A PRIMEIRA
CONSEQUÊNCIA
É A REDUÇÃO
SALARIAL”

José Adilson Pereira
Dirigente da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB)

“Nós tivemos uma paralisação a nível nacional, paramos a Região Metropolitana como planejamos. Queríamos simplesmente fazer a passeata em direção à Findes, mas a tropa de choque agiu de forma imediata de forma truculenta. Fechamos o trânsito pois queremos mostrar a todos os trabalhadores o impacto que isso terá em suas vidas. Somos contra o PL 4330, principalmente porque ele tem objetivo de reduzir custos das empresas reduzindo os direitos dos trabalhadores e atingindo a remuneração dos mesmos. A primeira consequência dessa PL é



DIVULGAÇÃO

a redução salarial. Uma empresa que tem uma determinada atividade-fim que não é terceirizada vai demitir os trabalhadores e contratar uma empresa para prestar serviço, para reduzir os custos. Isso é precarização do trabalho. Os trabalhadores perdem em salário, porque surge um intermediário que ganha na mão-de-obra. Além disso, os trabalhadores perdem os direitos

de saúde e segurança porque a empresa que recebe os serviços fica isenta dessa responsabilidade. Benefícios como saúde e alimentação também serão perdidos. Não concordo que essa medida vai gerar mais empregos. Estamos vindo de uma crise econômica mundial e todo o setor do capital quer modificar as relações de trabalho para compensar suas perdas.

CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO

PROTESTO EM 23 ESTADOS DO PAÍS

Dados não oficiais dão conta de que 25 mil pessoas foram às ruas no Brasil

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO CONTEÚDO



Em São Paulo, manifestantes tomaram a Avenida Paulista; polícia diz que protesto reuniu 4,4 mil na cidade

Os protestos contra o Projeto de Lei 4330, que regulamenta os contratos de terceirização no país, aconteceram ontem em pelo menos 23 Estados e no Distrito Federal.

O texto do PL autoriza o uso de serviços terceirizados em qualquer atividade das empresas. Hoje, apenas as atividades-meio, como limpeza e segurança, podem ser terceirizadas.

Os movimentos foram liderados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outras entidades e os atos ocorreram em estradas, avenidas, fábricas, portos e refinarias do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande de Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

Dados não oficiais dão conta de que cerca de 25 mil manifestantes saíram às ruas em protesto em todo o país.

Em São Paulo, o ato reuniu 4.400 pessoas, segundo a polícia. Um protesto

com manifestantes fantasiados de Ronald McDonald fechou uma faixa da Avenida Paulista no sentido Consolação.

Um outro grupo, da União Geral dos Trabalhadores, fechou uma faixa da Avenida Paulista em frente ao prédio da Fiesp, no sentido Paraíso. A faixa foi liberada por volta das 18 horas.

Em Minas Gerais, um grupo protestava por volta das 7 horas na portaria da Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim. Na região central de Belo Horizonte, representantes dos bancários também distribuíram panfletos com mensagens contra a terceirização do serviço.

No Rio de Janeiro, funcionários dos Correios começaram uma paralisação às 5 horas no Centro de Tratamento de Encomendas, em Benfica, na Zona Norte do Rio. O local concentra a maior parte de distribuição das entregas e postagens do estado do Rio. Cerca de um milhão de entregas e cartas vão deixar de chegar ao destino final por causa do dia de paralisação. (Com informações do G1)

CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO

LULA AFIRMA QUE VETO É
UMA QUESTÃO DE HONRA

Governo não pode permitir retrocesso em direitos trabalhistas, diz

SÃO PAULO

Próximo de uma derrota histórica, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva cobrou de sua sucessora Dilma Rousseff o veto ao Projeto de Lei 4.330. Para ele, é uma “questão de honra” que o PT consiga barrar o projeto, afirmando que o governo não pode permitir retrocesso nos direitos trabalhistas.

No 9º Congresso Nacional dos Metalúrgicos da CUT, Lula prometeu apoio à Dilma, com trabalhadores e sindicatos a defendendo - caso a proposta seja vetada. “Dilma, conte conosco para qualquer coisa, mas por favor tente fazer com que o Congresso Nacional respeite as conquistas históricas da classe trabalhadora”, afirmou.

“Não deixar aprovar a lei 4.330 (da terceirização) é questão de honra da classe trabalhadora”, completou Lula.

O texto-base do projeto foi aprovado na semana



Lula disse não querer que as empresas voltem a utilizar mão de obra escrava

passada, mas os pontos polêmicos ainda carecem de discussão nesta semana. Lula disse não querer que as empresas voltem a utilizar mão de obra escrava, afirmando que a CLT é uma das maiores conquistas

do Brasil.

O ex-presidente afirmou que a presidente terá os trabalhadores e o movimento sindical nas ruas para defendê-la, mas condicionou o apoio ao veto da proposta. “Dilma, conte conosco para

qualquer coisa, mas por favor tente fazer com que o Congresso Nacional respeite as conquistas históricas da classe trabalhadora brasileira. É o mínimo que nós queremos que aconteça nesse país”, disse.

ELIÁRIA ANDRADE/AG. O GLOBO/ARQUIVO

ANÁLISE

Governo é quem
mais terceiriza

A terceirização não significa precarização das relações de trabalho. Ela vai exigir que esses contratos sejam qualificados e que a prestadora de serviço seja regular. É importante dizer que nenhuma empresa vai passar para outra área estratégica. Em relação às manifestações contrárias à lei, tenho que pontuar que sinto falta de alguém questionar a terceirização na administração pública. É o governo quem mais terceiriza. No lugar de concursos, faz licitações para contratação de mão de obra e fugir da lei de responsabilidade fiscal.

DELANO COIMBRA
ASSESSOR JURÍDICO DA
FECOMÉRCIO SÃO PAULO

ANÁLISE

Cenário ruim
com aprovação

A aprovação desse projeto de lei é o sonho de qualquer empresa, pois permitirá a redução de custos. Mas o que é bom para os empregadores é ruim para os trabalhadores. A terceirização como sugere o projeto será um retrocesso. A qualidade das relações de trabalho vai piorar e a eficiência do serviço também. A terceirização vai refletir na produtividade, vai piorar a vida do trabalho e ainda vai precarizar a mão de obra. Se aprovada, a lei ainda vai onerar os cofres públicos. Haverá demissões e, com isso, aumento nos gastos com seguro-desemprego.

JOSÉ HILDO GARCIA
ADVOGADO TRABALHISTA

SAIBA MAIS

▼ Primeira votação

O texto-base do projeto de lei foi votado e aprovado Câmara na quarta-feira da semana passada, dia 8.

▼ Emendas

Do total de 27 emendas apresentadas na votação, apenas uma já foi aprovada.

▼ Aprovação

A única emenda aprovada é a que retira do projeto de terceirização as empresas públicas e sociedades de economia mista controlada por União, Estados, Distrito Federal e municípios, como Caixa Econômica, Banco do Brasil e Petrobras, por exemplo.

▼ Pendências

A Câmara ainda precisa votar trechos de “destaques” do projeto, como de quem seria a responsabilidade pelo recolhimento da contribuição previdenciária e outros impostos e como seria a fiscalização das empresas que terceirizarem os serviços.

Ministro diz que projeto
não vai ser descartado

O ministro da Secretaria da Aviação Civil, Eliseu Padilha, disse que o governo não vai vetar na íntegra o projeto que amplia as possibilidades de terceirização.

Segundo Padilha, que integra o conselho político da presidente Dilma Rousseff,

“tudo aquilo que for objeto da negociação, que tenha as lideranças do governo, os ministros do governo envolvidos, por certo não deverão ser objeto de veto”.

As declarações são uma resposta indireta ao apelo feito pelo ex-presidente Lula

de que Dilma vete o projeto, que ameaça direitos trabalhistas. O ministro considerou que a opinião de Lula “é sempre muito respeitada”, mas que ele “tem as opiniões dele e o Congresso pode ter outra, diferente”.

Participaram da reportagem Luísa Torre, Fiorella Gomes, Mikaella Campos, Patrik Camporez e Wesley Ribeiro.

O QUE É O PROJETO 4.330

DEFINIÇÃO



TERCEIRIZAÇÃO

Na terceirização, uma empresa prestadora de serviços é contratada por outra empresa para realizar serviços

Não há vínculo empregatício entre a contratante e trabalhadores



PROJETO

O Projeto de Lei 4330/2004, que teve o texto-base aprovado semana passada, permite que a terceirização seja estendida para as atividades-fim

Hoje, ela só é permitida para atividade-meio

COMO ERA



Com base na Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, a terceirização só poderia ser dirigida a atividades-meio

• Ou seja, uma confecção não poderia terceirizar o serviço de costureiras, mas poderia usar o serviço de empresa de limpeza, que não tem relação com a sua atividade principal

O QUE MUDA



O PL 4330/2004 permite que qualquer atividade de uma empresa (exceto pública) possa ser terceirizada

• Com a aprovação do projeto, uma confecção vai poder terceirizar o trabalho de costureiras e de outras áreas envolvidas na linha de produção, que é a sua atividade-fim